

PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO, MERCADO DE TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS LIBERAL (1990) E DESENVOLVIMENTISTA (2000)

José Celso Cardoso Junior

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, tendo sido Diretor-Adjunto de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e Diretor de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015, na Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), governo federal, Brasil

Cláudia Satie Hamasaki

Professora-Adjunta no curso de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e no curso de Economia da Faculdade de Campinas (FACAMP), atuando na área de economia do setor público, economia social e do trabalho

A primeira década do novo milênio, mormente o período 2003-2013, cumpriu – entre outras – função didática nos embates acadêmico e político brasileiros. Após praticamente 25 anos de dominância ideológica liberal e tentativas – em vários campos da vida social e econômica – de implementação de diretrizes e soluções desregulamentadoras, privatistas e internacionalizantes, com resultados pífios ou nefastos sobre indicadores clássicos do comportamento macroeconômico, do mercado de trabalho nacional e da proteção social previdenciária, houve em período recente a contestação empírica e teórica da alegada supremacia daquelas formulações.

Embora grande parte delas não tenha sido plenamente revertida, e considerando ainda a influência benéfica do cenário internacional (sobretudo entre 2000 e 2008) para os resultados domésticos favoráveis em termos macroeconômicos e laborais, comprovou-se na prática que os binômios *padrão de desenvolvimento e mercado de trabalho*, e *trabalho-proteção social*, são altamente dependentes – em termos de sua sustentabilidade institucional e financeira – de dinâmica produtiva pujante e virtuosa, praticamente impossível de ser obtida apenas por obra e graça das forças de mercado.

Dito de outra forma, sem presença ativa do Estado como agente estruturador interno, dificilmente o país teria condições de garantir, simultaneamente, crescimento econômico, indicadores positivos de mercado de trabalho, sustentabilidade intertemporal e solvência financeira dos sistemas de proteção social em geral, e de proteção previdenciária em particular.

A razão para tanto decorre, fundamentalmente, do fato de que a categoria *trabalho* é, em regime capitalista, a categoria econômica e sociológica chave para explicar e garantir, sobretudo em contextos ainda bastante desiguais e heterogêneos como o brasileiro: *i*) sustento individual ou familiar, além de sociabilidade básica à população, por meio do acesso à renda e à esfera pública que o trabalho propicia; *ii*) sustentação econômica mínima ao PIB, por meio da amplitude e profundidade potenciais do seu mercado consumidor interno; e *iii*) sustentabilidade financeira intertemporal a todo o sistema brasileiro de proteção social, em particular aos sistemas previdenciários públicos, direta ou indiretamente contributivos, pelo peso que as fontes de financiamento direto (ancoradas no trabalho) ou mesmo indireto (regressivamente ancoradas na tributação sobre o consumo, mas legalmente vinculadas ao orçamento da seguridade social) possuem no Brasil.

Olhando retrospectivamente, acredita-se que os eventos econômicos e políticos deflagrados no Brasil ao longo do último quarto de século XX tenham sido responsáveis pelo colapso do padrão histórico de desenvolvimento centrado na industrialização e comandado pelo Estado. O mesmo conjunto de eventos engendrou novo formato de desenvolvimento ao longo da década de 1990, calcado em concepção internacionalizante e liberal de progresso econômico e social, mas cujos resultados concretos, em pouco tempo, mostraram-se perversos do ponto de vista da dinâmica econômica – com combinação de semiestagnação e financeirização da riqueza – e inadequados do ponto de vista da natureza e forma de funcionamento do seu mercado

de trabalho, já que caracterizado por combinação de heterogeneidades e desigualdades de várias ordens.

A primeira década de 2000, por outro lado, enseja possibilidades históricas para nova fase de transição, cujos contornos – em delineamento – de um novo padrão de desenvolvimento, talvez ainda não permitam vislumbrar o seu sentido histórico geral. Assim, a fim de captar esse suposto novo sentido do desenvolvimento nacional e interpretá-lo à luz das transformações recentes, este texto elegeu como tema o estudo das relações entre os padrões de desenvolvimento liberal (década de 1990, a rigor, a década entre 1992-2002) e desenvolvimentista (primeira década de 2000, a rigor, a década entre 2003-2013) e os seus impactos sobre o mundo do trabalho e da proteção previdenciária em cada um dos respectivos períodos.

As diferenças entre ambos os períodos é um dos traços mais significativos do momento histórico de transição entre o modelo liberal parcialmente implementado na década de 1990 e esta fase atual de novas – mas ainda incertas – possibilidades de desenvolvimento na qual se encontra o país nos dias que correm.

SUMÁRIO EXECUTIVO